



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

### PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2015

#### **1. DA LICITAÇÃO**

**1.1.** O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe – CRCSE torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) COM ACESSO INTERNET MÓVEL, SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA E LINK DEDICADO**, conforme especificações contidas no anexo I deste edital.

**1.2.** A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 e seu Regulamento (Decreto n. 3.555/00), Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

**1.3.** Os envelopes lacrados, contendo em separado a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, serão recebidos até às **15h do dia 20/08/2015**, na sede deste Regional.

**1.4.** Para todos os fins indicados neste Edital, informa-se:

**1.4.1.** Endereço do CRCSE: Avenida Mário Jorge Vieira, 3140, Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP: 49.035-660;

**1.4.2.** Horário de atendimento ao público: das 8h às 12h e das 14h às 17h00 de segunda a sexta-feira.

**1.4.3.** O edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe ([www.crcse.org.br](http://www.crcse.org.br))

**1.4.4.** Mais informações sobre o edital 3301-6816/6811 ou [cpl@crcse.org.br](mailto:cpl@crcse.org.br)

**1.5.** Integram este Edital, independentemente de transcrição:

**1.5.1.** Anexo I – Termo de Referência;

**1.5.2.** Anexo II – Minuta do Contrato

**1.5.3.** Anexo III – Modelo de Procuração

**1.5.4.** Anexo IV – Modelo de Declaração (cumprimento dos requisitos de habilitação);

**1.5.5.** Anexo V – Modelo de Declaração (trabalho do menor).

#### **2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**2.1.** O CRCSE se propõe a contratar empresa para prestação dos serviços de:

**2.1.1.** LOTE 1 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por meio de entroncamento digital (E1) equipado com 10 canais digitais e faixa com 50 DDR's com o perfil anual estimado de 15.000 (quinze mil) minutos para ligações locais e de longa distância de fixo p/ fixo.

**2.1.2.** LOTE 2 – Serviço de Internet banda larga com velocidade de no mínimo 15 (quinze) mega, por meio de serviços de telecomunicação de acesso compartilhado permanente entre a rede do CRC-SE e a rede mundial de computadores.

**2.1.3.** LOTE 3 – Serviço de Internet dedicada com velocidade de no mínimo 1 (um) mega, por meio de serviços de telecomunicação de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede do CRC-SE e a rede mundial de computadores.

**2.1.4.** LOTE 4 – Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e acesso internet móvel, nas modalidades: local (VC1); Longa Distância Nacional (VC2 e VC3) e uso de rede, com capacidade de roaming internacional e transmissão de dados com pacote ilimitado.

#### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências fixadas neste Edital.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

3.2. Estão impedidos de participar direta ou indiretamente deste certame:

3.2.1. As empresas:

3.2.1.1. Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.1.2. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

3.2.1.3. Punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCSE;

3.2.1.4. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.2. Servidores, dirigentes ou responsáveis pelo CRCSE.

### **4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**

4.1. No dia, hora e local designados no item 1.3 deste Edital, antes do início da sessão pública para recebimento das propostas e documentos de habilitação, o Pregoeiro credenciará os interessados ou seus representantes legais.

4.2. Para credenciarem-se, os interessados ou seus representantes legais apresentarão ao Pregoeiro:

4.2.1. Documento oficial de identificação, com foto;

4.2.2. Comprovação da existência dos poderes necessários para formulação de propostas e prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.3. A existência dos poderes referidos no subitem 4.2.2 será verificada mediante apresentação de documentos (ato constitutivo, estatuto, contrato social, ata da eleição de diretoria, dentre outros) que demonstrem o enquadramento do interessado na condição de proprietário, sócio, diretor ou administrador da empresa, podendo praticar atos em nome da licitante.

4.4. Caso o licitante se faça representar por procurador ou mandatário, a existência dos poderes referidos no subitem 4.3 será verificada através de procuração (**Anexo III - Modelo**), outorgando-lhe poderes para a prática de atos em nome do interessado:

4.4.1. A procuração concedida mediante instrumento particular deverá estar acompanhada dos documentos referidos no subitem 4.3, permitindo a verificação da existência dos poderes do outorgante;

4.4.2. Será dispensada a exigência contida no subitem 4.4.1 para procurações concedidas mediante instrumento público.

4.5. Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados em separado das propostas e dos documentos de habilitação.

4.6. Ficará impedido de formular lances e praticar atos inerentes ao certame o licitante cujo credenciamento seja indeferido, pela falta de apresentação de qualquer dos documentos exigidos para essa finalidade.

4.7. As licitantes cujo credenciamento seja indeferido, bem como as que optarem pelo envio dos envelopes, participarão da disputa com o preço indicado no envelope de proposta.

### **5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1. As propostas serão apresentadas preferencialmente em papel timbrado da empresa (ou em outro que a identifique), datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, e conterão:

5.1.1. Preço unitário e global do Lote:

5.1.1.1. Os preços ofertados deverão considerar instalação, tributos, tarifas e quaisquer outras despesas relativas à execução do objeto licitado;



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**5.1.1.2.** O valor da instalação, se houver, será cobrado uma única vez, por ocasião do início da prestação dos serviços;

**5.1.2.** Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, contado a partir da data indicada no subitem 1.3 deste Edital:

**5.1.2.1.** As propostas omissas serão reputadas válidas pelo prazo indicado neste subitem.

### **6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

**6.1.** O Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no item 5 deste instrumento convocatório, desclassificando as incompatíveis.

**6.2.** Também serão desclassificadas as propostas:

**6.2.1.** Referentes a objeto diverso do especificado nesta licitação;

**6.2.2.** Que não atendam as condições e especificações contidas neste edital e seus anexos.

**6.3.** Os motivos para desclassificação das propostas serão registrados, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.4.** Serão desclassificadas as propostas cujos valores, após a oferta de lances (caso ocorram ou não), excedam o valor global por lote fixado no Edital.

### **7. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** No dia, hora e local designados no item 1.3 deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e documentos de habilitação.

**7.2.** Encerrado o credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a sessão.

**7.3.** Não se admitirá, sob nenhuma hipótese, o ingresso de novos licitantes na disputa após a abertura da sessão.

**7.4.** Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV - Modelo):

**7.4.1.** As empresas que optarem pelo envio dos envelopes, conforme previstos no item 4.7 deste Edital deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em separado da documentação e da proposta, sob pena de ficarem impedidas de participar do certame.

**7.4.2.** A falta de apresentação da declaração referida neste subitem poderá ser suprida pela manifestação do interessado ou seu representante, devidamente credenciado, que será registrada na ata da sessão pública.

**7.5.** Em seguida, serão recebidos os envelopes lacrados, contendo **em separado** a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital. Os envelopes deverão conter na parte externa a identificação do proponente, o número deste Pregão e a indicação de seu conteúdo: “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”.

**7.6.** Aberto os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no item 5 deste instrumento convocatório, desclassificando-se motivadamente as incompatíveis.

**7.7.** As propostas de preço serão analisadas e rubricadas pelos participantes da disputa.

### **8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**8.1.** No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais, **considerando o valor global do lote**, sucessivos, de valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor;

**8.2.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, os autores das melhores propostas poderão, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

**8.3.** Não caberá retratação dos lances ofertados.

**8.4.** O encerramento da etapa competitiva ocorrerá quando, indagadas pelo Pregoeiro, os autores das propostas manifestarem desinteresse em apresentar novos lances.

**8.5.** Manifestado o desinteresse, não serão admitidos novos lances, salvo nas hipóteses previstas no subitem 8.9 deste Edital.

**8.6.** Encerrada a etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas pelo critério de **menor preço por lote**.

**8.7.** Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Edital, apresente o **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE (VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O PERÍODO CONTRATUAL DE 12 MESES, ACRESCIDO DO CUSTO DA INSTALAÇÃO, SE HOVER)**.

**8.8.** Em cumprimento ao disposto no inciso X do artigo 40 da lei 8.666/93, e consoante o que dispõe o Acórdão TCU nº 244/2003-Plenário, o preço máximo aceitável, para execução do contrato pelo período de 12 meses, somado ao custo da instalação, para cada **LOTE**, será o teto máximo estimativo obtido através de levantamento apurado pela área técnica e pesquisa de preços.

**8.9.** O Pregoeiro observará na classificação final das empresas se há lance de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que estejam dentro do percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da LC n. 123/2006 (até 5% superior ao menor lance registrado), situação considerada como empate com a primeira classificada.

**8.9.1.** Verificado o empate, o Pregoeiro adotará os procedimentos previstos no art. 45 da LC n. 123/2006, concedendo oportunidade para que a ME ou EPP melhor classificada formule lance de valor inferior ao menor lance registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances.

**8.9.2.** Havendo recusa ao exercício do direito de preferência pela ME ou EPP melhor classificada ou não ocorrendo a sua contratação, o Pregoeiro convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, dentro do percentual citado no subitem 8.7, para exercer a mesma faculdade.

**8.9.3.** No caso de equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo definido neste item, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.9.4.** Conforme dispõe o art. 11 do Decreto n. 6.204/2007, para exercício do direito de preferência previsto neste item, a licitante deverá comprovar seu enquadramento na condição de ME ou EPP, mediante a apresentação de declaração nos seguintes termos:

**“Declaro, sob as penas da lei, que esta empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.”**



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**8.9.5.** A falta de apresentação da declaração referida no subitem anterior poderá ser suprida pela manifestação do interessado ou seu representante, devidamente credenciado, que será registrada na ata da sessão pública.

**8.9.6.** O disposto neste item não se aplicará quando a oferta classificada em primeiro lugar após a fase de lances tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**8.10.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor.

**8.11.** Sendo aceitável a oferta, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no item 9 deste Edital.

**8.12.** Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação.

**8.13.** A empresa vencedora deverá apresentar, em até 24h proposta reformulada, após a convocação pelo Pregoeiro, proposta reformulada de acordo com o lance vencedor.

**8.13.1.** Os itens da proposta reformulada não poderão exceder os valores inicialmente ofertados.

**8.13.2.** Caso o licitante não apresente proposta reformulada o Pregoeiro irá considerar a redução linear ao último lance ofertado.

**8.14.** No caso de microempresa e empresa de pequeno porte com restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, com termo inicial no momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.15.** Se a oferta não for aceitável, ou houver a inabilitação da licitante, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

**8.16.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

### **9. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES**

**9.1.** Para habilitarem-se neste Pregão, as empresas interessadas deverão apresentar os documentos relacionados a seguir:

#### **9.1.1. Habilitação Jurídica:**

**9.1.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

#### **9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**9.1.2.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e ao INSS, mediante apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

**9.1.2.2.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

**9.1.2.3.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**9.1.3.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo V – Modelo):

**9.1.3.1.** A falta de apresentação da declaração referida neste subitem poderá ser suprida pela manifestação do interessado ou seu representante, devidamente credenciado, que será registrada na ata da sessão pública.

**9.2.** Será admitida a comprovação de regularidade através da Internet, por meio de consulta aos sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento.

**9.3.** Para efeitos de habilitação, a validade de qualquer documento será aferida com relação à data de sua apresentação ao Pregoeiro.

### **10. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** Até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

**10.2.** Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até **três dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico para o endereço eletrônico constante no item 1.3.**

**10.3.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.4.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

**10.5.** Não serão recebidos recursos imotivados ou insubsistentes.

**10.6.** As petições, as razões dos recursos e as contrarrazões deverão ser protocoladas no endereço indicado no item 1.3 deste Edital.

### **11. DOS PRAZOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**11.1.** Será firmado Contrato com o licitante vencedor, o qual terá vigência de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável, de acordo com o artigo 57, II da Lei 8.666/93.

**11.1.1-** a empresa deverá comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato.

**11.1.2 -** decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, observado o disposto no § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas neste edital.

**11.2 -** Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou do seu não comparecimento para assinatura do contrato ou retirada do empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, haverá a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação do tópico 9 deste edital.

**11.2.1 -** O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.





## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**11.3** - A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinados pelo Contratante até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**11.4** - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

**11.5** - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

### **12. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1.** A gestão do contrato será realizada pela Diretoria Executiva do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

**12.2.** A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato serão feitos por empregado do CRCSE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei Nº 8.666, de 21.06.93.

I - A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a qualidade dos serviços prestados;

II - O (a) funcionário (a) responsável pela fiscalização ordenará a empresa contratada a correção dos serviços com imperfeições;

III - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

### **13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**13.1.** O objeto da presente licitação será recebido:

**13.1.1.** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação, imediatamente após o fornecimento dos produtos;

**13.1.2.** Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços fornecidos e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**13.2.** O objeto fornecido em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

### **14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.1.** As condições de pagamento são as definidas na Cláusula Nona do Anexo II deste Edital (Minuta de Contrato).

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante que:

**15.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado no prazo de validade de sua proposta;

**15.1.2.** Deixar de entregar documentação exigida no edital;

**15.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**15.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

**15.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**15.1.6.** Não manter a proposta;



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**15.1.7** Comportar-se de modo inidôneo;

**15.1.8** Fizer declaração falsa;

**15.1.9** Cometer fraude fiscal.

**15.2.** Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:

**15.2.1.** Advertência;

**15.2.2.** Multa, no percentual de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, ou por descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no Edital e seus Anexos, por dia e por ocorrência.

**15.2.3.** Rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização a CONTRATANTE por perdas e danos.

**15.3.** A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pelo CRCSE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

**15.4.** As sanções previstas neste item somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

**15.5.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade que assinar o contrato.

**15.6.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, previstas nesta cláusula.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** O número do CNPJ do CRCSE é 13.045.588/0001-41.

**16.2.** A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos.

**16.3.** Todos os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em original ou fotocópia autenticada, por cartório competente ou servidor deste Conselho:

**16.3.1.** Não serão admitidas fotocópias ilegíveis, que impossibilitem a análise dos termos dos documentos pelo Pregoeiro;

**16.3.2.** Não serão aceitos protocolos ou solicitações junto aos órgãos emissores em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

**16.4.** O Pregoeiro não responde por extravio ou atraso causados pela entrega de documentos em locais e horários diversos dos indicados neste Edital.

**16.5.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos exigidos neste Edital, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**16.6.** Recomenda-se aos licitantes a utilização dos modelos de procuração, planilha e declarações disponibilizados neste Edital e seus anexos.

**16.7.** Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação vigente.





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**

**16.8.** Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos com o Pregoeiro no endereço indicado no item 1.4 deste Edital, pelo telefone (79) 3301-6816/6811, ou através do e-mail [diretoria@crcse.org.br](mailto:diretoria@crcse.org.br).

Aracaju/SE, 07 de Agosto de 2015.

***Thiago Figueiredo de Almeida Lima***  
Pregoeiro



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

### ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

O presente procedimento licitatório tem por objetivo a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, com Discagem Direta a Ramal – DDR, Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e acesso internet móvel, nas modalidades: local (VC1); Longa Distância Nacional (VC2 e VC3) e uso de rede, com capacidade de roaming internacional e transmissão de dados com pacote ilimitado; banda larga e link de internet dedicada, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições constantes do Edital e seus Anexos, a serem utilizados pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE - CRCSE, na sua sede.

#### 2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade da contratação, tendo em vista que os atuais contratos firmados para prestação dos serviços de telefonia fixa e internet, estão próximos a vencer e sem nenhuma segurança contratual para o CRC-SE e por óbvio, há que se assegurar a realização e continuidade de tais serviços, por meio de contratação de empresas especializadas do ramo, outorgadas pela ANATEL a fim de evitar transtornos pela falta de comunicação, para CRCSE e para o público externo, necessitando assim de novo procedimento licitatório.

Em face da necessidade e continuidade premente de utilização dos serviços e telefonia fixa local – LL, longa distância Nacional – LDN e do link de Internet torna-se imperativa a promoção de processo licitatório que vise à contratação dos citados serviços, uma vez que estes são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais do CRCSE no Sergipe.

Também visando buscar menor preço global por lote, a telefonia local LL e longa distância Nacional – LDN estarão no mesmo lote, propiciando assim uma quantidade maior de minutos com objetivo de maior poder de negociação no certame.

**Foi considerada a pesquisa de mercado e contratos vigentes do CRCSE para definir os valores anuais máximos admitidos para cada lote. Neles estão inclusos todas as despesas com instalação, tributos, tarifas e quaisquer outras relativas à execução do objeto licitado.**

#### 3. TIPO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

Justifica-se a adoção da modalidade licitatória Pregão em sua forma PRESENCIAL por tratar-se de serviço comum de acordo com a lei vigente para serviços de telecomunicações no Brasil. Essas, portanto, são as principais premissas que justificam a abertura de licitação, na modalidade de Pregão, para a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional – LDN e Internet Dedicada e Banda Larga para atender às necessidades do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE.

#### 4. ESPECIFICAÇÃO BÁSICA DOS SERVIÇOS DISTRIBUIDOS POR LOTES

##### 4.1- LOTE - 01 (Telefonia Fixa)

<i>Quantidade</i>	<i>Especificação dos Serviços</i>
01	Fornecimento de serviço de telefonia (STFC) por meio de entroncamento digital (E1) equipado com 10 canais digitais e faixa com 50 DDR´s. Ligações LOCAIS de telefone FIXO para telefone FIXO de acordo com a tabela abaixo.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**

<b>TIPO DE LIGAÇÃO</b>	<b>MINUTOS LOCAIS <u>ANUAL</u></b>	<b>VALOR DO MINUTO</b>	<b>VALOR ANUAL TOTAL MINUTOS</b>
LIGAÇÃO LOCAL PARA TELEFONES FIXOS	15.000	R\$ 0,00	R\$ 00,00
LIGAÇÃO LDN PARA TELEFONES FIXOS	15.000	R\$ 0,00	R\$ 00,00
Custo da instalação R\$			R\$ 00,00

**Valor total final do lote de telefonia fixa e minutagem: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**

**Valor total final máximo admitido para o Lote 01: R\$ 4.650,00 (quatro mil e seiscentos e cinquenta reais)**

OBS: O perfil para as ligações internacionais não foi apresentado por ser eventual o uso desse tipo de ligação. Para eventuais ligações internacionais será utilizado o Plano básico da CONTRATADA, homologado pela ANATEL.

**4.2 - LOTE - 02 (Banda Larga)**

<i>Quantidade</i>	<i>Especificação dos Serviços</i>		
01	Fornecimento de serviço de Internet banda larga, por meio de serviços de telecomunicação de acesso compartilhado permanente entre a rede do CRC-SE e a rede mundial de computadores de acordo com o tipo e banda da tabela abaixo. A inclusão ou não de linha telefônica para a entrega do serviço de banda larga fica a livre escolha da operadora.		
<b>TIPO</b>	<b>BANDA SOLICITADA</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
Banda Larga	Mínimo 15 mega	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Custo da instalação R\$			R\$ 00,00

**Valor total final do lote Banda Larga: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**

**Valor total final máximo admitido para o Lote 02: R\$ R\$ 1.850,52 (um mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos).**

**4.3 - LOTE - 03 (Internet Dedicada)**

<i>Quantidade</i>	<i>Especificação dos Serviços</i>		
01	Fornecimento de serviço de Internet dedicada, por meio de serviços de telecomunicação de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede do CRC-SE e a rede mundial de computadores de acordo com o tipo e banda da tabela abaixo.		
<b>TIPO</b>	<b>BANDA SOLICITADA</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
Link Dedicado	Mínimo 1 mega	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Custo da instalação R\$			R\$ 00,00

**Valor total final do lote de Internet Dedicada: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**

**Valor total final máximo admitido para o Lote 03: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).**

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**
**4.4 - LOTE - 04 (Telefonia Móvel)**

<i>Quantidade</i>	<i>Especificação dos Serviços</i>
01	Fornecimento de serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e acesso internet móvel, nas modalidades: local (VC1); Longa Distância Nacional (VC2 e VC3) e uso de rede, com capacidade de roaming internacional e transmissão de dados com pacote ilimitado de acordo com a tabela abaixo.

<b>PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE</b>						
<b>Serviço</b>	<b>Nº de Ordem</b>	<b>Itens de Cobrança</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Mensal</b>	<b>Preço unitário Máximo (R\$)</b>	<b>Valor Total Mensal Máximo (R\$)</b>
<b>SMP</b>	1	Assinatura mensal de serviço móvel	unidade	10	5,00	50,00
<b>Móvel- Móvel / Móvel-Fixo</b>	2	Assinatura mensal intragrupo	unidade	08	5,40	43,20
	3	VC1 para mesma operadora	minutos	300	0,20	60,00
	4	VC1 para outra operadora	minutos	500	0,20	100,00
	5	VC1 para fixo	minutos	100	0,20	20,00
	6	Mensagem escrita (SMS) para qualquer operadora até 160 caracteres	Evento	500	0,25	125,00
	7	Acesso a caixa Postal	Evento	00	-	-
<b>Longa Distancia</b>	8	VC2 móvel-móvel	minutos	50	0,60	30,00
	9	VC2 móvel-outras	minutos	50	0,60	30,00
	10	VC2 móvel-fixo	minutos	50	0,60	30,00
	11	VC3 móvel-móvel	minutos	50	0,99	49,50
	12	VC3 móvel-outras	minutos	50	0,99	49,50
13	VC3 móvel-fixo	minutos	50	0,99	49,50	
<b>Gestor-on-line</b>	14	gestor-on-line	unidade	08	0,00	0,00
<b>Dados</b>	15	Transmissão de dados via celular / Serviço de transmissão de dados para o acesso web - via celular 3G/4G	1GB	05	39,90	199,50
<b>Dados</b>	15 A	Transmissão de dados via celular 3G/4G (Pacote Modem)	3GB	02	49,90	99,80
<b>Valor Global Mensal</b>				<b>R\$</b>	<b>936,00</b>	
<b>Valor Global Anual</b>				<b>R\$</b>	<b>11.232,00</b>	

Valor total final do lote Banda Larga: R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

**Valor total final máximo admitido para o Lote 04: R\$ 11.232,00 (Onze mil e duzentos e trinta e dois reais).**

**Observações:**

*Os lotes serão licitados, separadamente com seus respectivos itens, tendo um único licitante vencedor de cada lote. Portanto, cada lote terá seu preço Total (soma dos itens) licitado individualmente.*



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

*No lote de telefonia móvel, o fornecimento dos serviços pela licitante vencedora não contemplará aparelhos telefônicos e modems para as 10 (dez) linhas móveis, apenas fornecerá os chip's com os serviços contratados.*

*A licitante deverá incluir no preço, o fornecimento de roteador, instalação, configuração, ativação, suporte técnico aos serviços, manutenção corretiva, tudo de acordo com as condições e demais exigências expressas neste instrumento para o funcionamento dos serviços ora licitadas. Cabe exclusivamente à Contratada prover todas as alterações necessárias às configurações do roteador para o seu funcionamento*

*A vencedora deverá fornecer juntamente com o link dedicado, uma faixa de 08 (oito) endereços IP's públicos a rede mundial de computadores.*

*Endereço para instalação dos serviços será: Avenida Mario Jorge Menezes Vieira, 3140, Coroa do Meio, CEP 49035-660, Aracaju – SE.*

### **5 – PORTABILIDADE, QUANTIFICAÇÃO, E NUMERAÇÃO DOS RAMAIS DDR:**

5.1 - Caso haja transferência do atual Serviço de Telefonia Fixa Comutada Local para outra operadora, esta deverá disponibilizar o serviço de Portabilidade Numérica, mantendo a atual numeração utilizada pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE SE. Esta disponibilidade está de acordo com a Res. n° 467 da Anatel, de 21-12-2007;

#### 5.1.1. Regulamento Geral da Portabilidade:

“Art. 1º. Este Regulamento tem por objetivo estabelecer as condições para a implementação da Portabilidade de Código de Acesso pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo”.

“Art. 2º. Este Regulamento se aplica a todas as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo”.

Parágrafo único. As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo devem assegurar aos usuários, de forma não discriminatória, a Portabilidade.”

“Art. 3º. Aplicam-se a este Regulamento os instrumentos legal e regulatório em vigor.”

“Art. 7º. Para o STFC, a Portabilidade se aplica”:

“ I - ao Código de Acesso de Usuário quando o usuário troca de prestadora dentro de uma mesma Área Local;”.

5.2 - Deverá constar na planilha de preços o valor dos ramais DDR, por grupo de 50 ramais, devendo ser reservados os ramais DDR restantes, para eventuais necessidades de continuidade de numeração.

5.3 - Serão mantidos os últimos quatro algarismos (MCDU) que compõem as milhares de numeração atual dos ramais DDR, programados nas centrais telefônicas do CRCSE, obedecendo as sequencias acima já informadas.

### **6 – PERFIL DE TRÁFEGO**

6.1. - O perfil de tráfego das ligações telefônicas efetuadas pelo CRCSE servirá tão somente de subsídio às licitantes na formulação das propostas e na indicação do percentual de desconto e aferição da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.2 – O perfil indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso futuro para o CRCSE.

6.3 – Os preços das ligações telefônicas a serem considerados serão aqueles constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviço, de cada uma das licitantes, levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil de tráfego fornecido pelo CRCSE.

6.4 - Para efeito de cálculo do tráfego telefônico, foi utilizado o horário de expediente comercial, ou seja, de 08:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

6.5 - O perfil para as ligações internacionais não foi apresentado por ser eventual o uso desse tipo de ligação. Para eventuais ligações internacionais será utilizado o Plano básico da CONTRATADA, homologado pela ANATEL pela operadora vencedora.

### 7 - PREÇOS

7.1 Os preços das ligações telefônicas e planos de dados (Internet Dedicada e Banda larga) serão no máximo baseados naqueles constantes do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou do PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS (documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação) normatizado pela ANATEL.

### 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 – Iniciar os serviços contratados a partir do recebimento, após assinatura do instrumento de contrato;
- 8.2 – responsabilizar-se pelo cumprimento, dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, inclusive aos preços praticados no contrato;
- 8.3 – assegurar ao CRC-SE o cumprimento das tarifas ofertadas no Pregão, bem como o repasse de todos os descontos e ofertas pecuniárias, vantagens e preços que estejam sendo oferecidos ao público em geral, durante a vigência do contrato, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados na licitação;
- 8.4 – zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 08 (oito) horas;
- 8.5 - manter na cidade de Aracaju um preposto para responder por todas as questões relativas a prestação dos serviços. No caso de mudança do representante da CONTRATADA, informar ao CRCSE por escrito, o nome e telefone do novo preposto.
- 8.6 – atender de imediato as solicitações, corrigindo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, depois de notificado, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;
- 8.7 – arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CRCSE;
- 8.8 – arcar com os ônus necessários á execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referencia;
- 8.9 – prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.10 – implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, prestando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a execução dos mesmos;
- 8.11 – fornecer, mensalmente, e/ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha ou tronco telefônico, conforme determinado pelo CRCSE;
- 8.12 – informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;
- 8.13 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.14 – não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência;
- 8.15 – é vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência .
- 8.16 – assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CRCSE;





## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

- 8.17 – responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no contrato;
- 8.18 – assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do CRC-SE;
- 8.19 – assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 8.20 – assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação o contrato.
- 8.21 – responder pelos danos causados diretamente ao CRCSE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CRCSE;
- 8.22 – aceitar, durante a vigência do contrato, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. (§ 1º, I do art. 65 da Lei nº 8.666/93);
- 8.23 – A contratada não será responsável pelo descumprimento de suas obrigações contratuais nos casos de negligência de pessoal ou intervenção por parte de elementos não autorizados pela mesma, bem como por motivos resultantes de caso fortuito, definidos no art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 8.24 – Nos casos dos fornecedores de links de Internet e banda larga, a contratada deverá ser outorgada SCM e ou STFC e deverá possuir a plataforma que atenderá ao CRCSE instalada em todo o Brasil; Possuir POP (Ponto de Presença) dentro do Estado de SERGIPE; Possuir licença SCM e STFC homologada pela ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal.

### **9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 9.1 – fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela Operadora, através da Área de Serviços Gerais, inclusive quanto á continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos, não devem ser interrompidos;
- 9.2 – comunicar á Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 9.3 – providenciar o pagamento à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas, devidamente atestadas, nos prazos estabelecidos;
- 9.4. – disponibilizar, para verificação por parte da operadora, as instalações do CRC-SE para a prestação dos serviços;
- 9.5 – permitir o acesso dos empregados da Contratada, quando necessário às suas dependências, para execução dos serviços referente ao Objeto, quando necessário;
- 9.6 – prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 9.7 – tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.
- 9.8 – relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do respectivo estado de conservação.
- 9.9 – providenciar a publicação resumida do contrato e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.

### **10 – GESTÃO DO CONTRATO**



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um empregado do CRCSE nos termos do item 12 do Edital.

### **11 – PAGAMENTO**

O CRCSE pagará à CONTRATADA, pelos serviços ora contratados contra a apresentação das respectivas faturas, devidamente atestadas pelo setor competente, em até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento da respectiva fatura.

### **12– VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato a ser firmado terá a vigência de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

### **13 – VALOR ESTIMADO**

O valor global estimado para os p/12 (doze) meses é de R\$ 26.132,52 (Vinte e seis mil e cento e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

### **14 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Nos termos da cláusula sexta do Anexo II deste edital (Minuta do Contrato)

### **15 – SANÇÕES**

Nos termos da cláusula décima primeira do Anexo II deste edital (Minuta do Contrato).



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

### ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) COM ACESSO INTERNET MÓVEL, SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA E LINK DEDICADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE, E A EMPRESA XX.**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**, autarquia especial dotada de personalidade jurídica de direito público, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e regida pelas Leis nºs 570/48 e 4.695/65 e pelos Decretos-Lei nºs 968/69 e 1.040/69, órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional do contabilista, com sede na cidade de Aracaju e jurisdição no Estado de Sergipe, situado na Avenida Mario Jorge, S/N, Bairro Coroa do Meio, CEP 49.035-660, CNPJ nº 13.045.588/0001-41, neste ato representado pelo seu Presidente, Sra. **Ângela Andrade Dantas Mendonça**, brasileira, casada, contadora, CI nº 344.518/SSP/SE e CPF nº 274.491.145-34, com inscrição no CRCSE sob o nº 5.386, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa XX, inscrita no C.N.P.J. sob o XXXXXXXXXX, com Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXX, neste ato representada por seu sócio, XX, portador da CI nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações mediante as seguintes Cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC, serviços telefônico móvel pessoal (SMP); Link dedicado e banda larga para o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

**1.2.** O serviço será realizado conforme as disposições deste instrumento, com observância das cláusulas e condições contidas nos documentos adiante enumerados que, independente de transcrição, são partes integrantes e complementares deste contrato:

- a) Edital do Pregão Presencial nº. 004/2015 e seus anexos,
- b) Proposta firmada pela CONTRATADA em **XX/XX/2015**.

**1.3.** Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o contrato, prevalecerá este último.

**1.4.** Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento deste contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger a execução adequada do objeto contratado dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

**1.5.** Em caso de dúvidas da CONTRATADA na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pela CONTRATANTE, de modo a entender as especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.

**1.6.** O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

2.1. O presente Contrato é firmado por meio de processo licitatório Pregão nº 004/2015 nos termos da Lei 10.520/02 e seu Regulamento (Decreto nº 3.555/00), Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, aplicáveis à execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. Constituem-se obrigações do CONTRATANTE:

3.1.1. Acompanhar e fiscalizar, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva do CRCSE, a execução do contrato de acordo com as condições e prazos fixados no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n. 004/2015;

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Constituem-se obrigações da CONTRATADA:

4.1.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos fixados no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n. 004/2015;

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de **doze meses**, contados da data da sua assinatura.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários:

6.3.1.3 – Uso de Bens e Serviços / 6.3.1.3.02 – Serviços / 6.3.1.3.02.01 – Serviços / 6.3.1.3.02.01.036 – Serviços de Telecomunicações

6.3.1.3 – Uso de Bens e Serviços / 6.3.1.3.02 – Serviços / 6.3.1.3.02.01 – Serviços / 6.3.1.3.02.01.037 – Serviços de Internet

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO**

7.1. O valor global estimado do presente contrato é de **R\$ XXXXX**.

7.2. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

8.1. O preço fixado na Cláusula Sétima não poderá receber reajustes em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta.

8.2. O reajuste dos valores será aplicado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8.3. Caso a legislação altere o prazo de reajuste ou o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal.

### **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, atestada pelo responsável pelo acompanhamento da execução do objeto desta licitação, condicionado à validade da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, cabendo ao Contratante a verificação desta exigência.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**9.2.** Nos preços constantes na proposta devem estar incluídas todas e quaisquer despesas, tais como fretes, seguros, tributos, encargos sociais e trabalhistas, dentre outros, e deduzidos os abatimentos concedidos;

**9.3.** A contratante pagará a contratada apenas os serviços solicitados, comprovadamente fornecidos durante o período da vigência do contrato.

**9.4.** Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que o contratado providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do CRCSE.

**9.5.** Será efetuada a retenção dos tributos e contribuições federais, como estabelecido na IN nº 480 SRF. Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá anexar à fatura a Declaração de Optante pelo Simples, situação em que não será efetuada a retenção.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

**10.1.** O presente contrato poderá ser alterado, desde que devidamente instruído e fundamentado conforme as disposições legais pertinentes:

I - unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;

b) quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite previsto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

II - por acordo entre as partes:

a) quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviços;

b) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

**11.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante que:

**11.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado no prazo de validade de sua proposta;

**11.1.2.** Deixar de entregar documentação exigida no edital;

**11.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**11.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

**11.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**11.1.6.** Não mantiver a proposta;

**11.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**11.1.8.** Fizer declaração falsa;

**11.1.9.** Cometer fraude fiscal.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

**11.2.** Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:

**11.2.2.** Advertência;

**11.2.3.** Multa, no percentual de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, ou por descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no Edital e seus Anexos, por dia e por ocorrência.

**11.2.4.** Rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização a CONTRATANTE por perdas e danos.

**11.3.** A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pelo CRCSE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

**11.4.** As sanções previstas neste item somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

**11.5.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade que assinar o contrato.

**11.6.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, previstas nesta cláusula.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

**12.1.** Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, II da mesma Lei.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

**12.3.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

**12.4.** A rescisão administrativa deste contrato, prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, acarretará à CONTRATADA, sem prejuízos das sanções legais e contratuais cabíveis, as consequências previstas no art. 80 da citada lei, dentre elas:

a) a retenção dos créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO/FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato serão feitos pelo (a) funcionário (a) Maria Ederilda Pereira de Souza do CRCSE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei Nº 8.666, de 21.06.93.

**13.1.1** A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade dos serviços com as especificações descritas no Projeto Básico, Anexo I do Edital;

**13.1.2** O (a) funcionário (a) responsável pela fiscalização ordenará a empresa contratado a correção dos serviços com imperfeições ou em desacordo com as especificações;

**13.1.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**14.1** O contrato poderá ser denunciado por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e rescindido (reconhecidos os direitos da Administração) nas seguintes hipóteses:

- a) Ordinariamente, por sua completa execução;
- b) Excepcionalmente, por sua inexecução total ou parcial ou pelos motivos dispostos no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais insertas na Lei Federal n.º 8.666/93.

**15.2.** A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

**15.3.** É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

**16.1.** As partes elegem o foro da comarca de Aracaju/SE, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Aracaju/SE, XXXXXXXXXXXXX de 2015.

\_\_\_\_\_  
**Ângela Andrade Dantas Mendonça**  
**Presidente – CRCSE**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Sócio da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

\_\_\_\_\_  
**Fiscal do contrato**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_  
RG n.º: \_\_\_\_\_  
CPF n.º: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
RG n.º: \_\_\_\_\_  
CPF n.º: \_\_\_\_\_



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE

### ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO

#### PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, nomeamos o (a) Sr. (Sra.) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n. XXXXXX SSP/XX, CPF n. XXX.XXX.XXX-XX, como representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, no **Pregão Presencial n. 004/2015**, instaurado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, outorgando-lhe poderes para entregar, receber e juntar documentos, assinar atas e termos, tomar deliberações, receber ofícios e relatórios, firmar declarações, dar ciência e, especialmente, ofertar novas propostas através de lances, enfim, praticar todos os atos que se tornem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO  
(Cumprimento dos requisitos de habilitação)**

Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no **Pregão Presencial n. 004/2015** e não se enquadra em nenhum dos dispositivos das Leis n. 8.666/93 e 10.520/2002 em função dos quais estaria impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO  
(Trabalho do menor)**

**PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2015**

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1933, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de novembro de 1999, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, legalmente representada pelo Sr. (Sra.) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n. XXXXXX SSP/XX, CPF n. XXX.XXX.XXX-XX, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Assinalar abaixo se a empresa emprega menor de catorze anos, na condição de aprendiz:

Sim ( )      Não ( )

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa